

O movimento [des]politizado de Jesus: Contexto imperial e resistência sociopolítica no século I

The [de]politicized movement of Jesus: A Critical Analysis of Resistance and Injustice in First- Century Palestine

Jonas de Souza Netto

Resumo

O movimento de Jesus contexto imperial do século I é interpretado neste estudo como uma expressão histórica de resistência às estruturas de opressão impostas pelo Império Romano, caracterizadas por exploração tributária, violência institucionalizada e aliança entre elites locais e o poder imperial. Nesse contexto, emergem diversos movimentos populares de contestação, entre os quais o de Jesus se destaca por articular uma proposta alternativa de organização social baseada em solidariedade, justiça e dignidade. A partir da contribuição de Richard A. Horsley, que interpreta o Reino de Deus como um projeto sociopolítico enraizado na realidade dos marginalizados, esta pesquisa analisa criticamente o papel do movimento de Jesus como resistência não violenta. A investigação adota uma metodologia interdisciplinar que integra história social, teologia da libertação e estudos pós-coloniais, com o objetivo de superar leituras exclusivamente espiritualizadas do cristianismo primitivo. Por fim, o estudo propõe um diálogo entre essas experiências históricas e os desafios contemporâneos de justiça social, refletindo sobre a relevância ética e política da fé cristã em contextos de opressão.

Palavras-chave: Jesus histórico. Injustiça. Império Romano. Movimentos de resistência. Justiça social.

Abstract

The Jesus movement within the imperial context of the first century is interpreted in this study as a historical expression of resistance to the structures of oppression imposed by the Roman Empire, characterized by tributary exploitation, institutionalized violence, and the alliance between local elites and imperial power. Within this context, various popular movements of contention emerged, among which the Jesus movement stands out for articulating an alternative proposal for social organization based on solidarity, justice, and dignity. Drawing from Richard A. Horsley's contribution, which interprets the Kingdom of God as a sociopolitical project rooted in the reality of the marginalized, this research critically analyzes the role of the Jesus movement as non-violent resistance. The

investigation adopts an interdisciplinary methodology that integrates social history, liberation theology, and postcolonial studies, aiming to move beyond exclusively spiritualized readings of early Christianity. Finally, the study proposes a dialogue between these historical experiences and contemporary challenges of social justice, reflecting on the ethical and political relevance of the Christian faith in contexts of oppression.

Keywords: Historical Jesus. Injustice. Roman Empire. Resistance movements. Social justice.

Introdução

O movimento de Jesus na “Palestina romana”¹ (século I) tem sido progressivamente redescoberto como um fenômeno intrinsecamente ligado às estruturas de opressão e resistência que caracterizavam aquele território. Sob o domínio romano, as populações locais enfrentavam múltiplas formas de subjugação: desde a exploração tributária que empobrecia os camponeses até a violência sistemática para manter a ordem imperial e a cooptação das elites locais como instrumentos de controle social. Em resposta a essas injustiças, emergiram diversos movimentos populares que buscavam alternativas concretas à estrutura dominante, desafiando simultaneamente o poder romano e as autoridades colaboracionistas que legitimavam sua presença.

Nesse contexto de dominação multifacetada, o movimento de Jesus emergiu como um fenômeno intrinsecamente vinculado às dinâmicas de resistência contra as estruturas opressoras. Longe de uma figura despolitizada ou meramente espiritualizada, diversas releituras contemporâneas apontam para um Jesus profundamente enraizado nas tensões sociopolíticas de seu tempo. Esta perspectiva demanda uma análise que supere as abordagens tradicionalmente centradas em aspectos exclusivamente religiosos ou teológicos, reconhecendo que os fenômenos religiosos do período articulam-se indissociavelmente com suas dimensões políticas, sociais e econômicas. Tal compreensão exige uma metodologia interdisciplinar que dialogue com a história social, os estudos sobre movimentos de resistência e as análises críticas do imperialismo.

Richard A. Horsley, em *Jesus e o Império: O Reino de Deus e a Nova Desordem Mundial*², oferece uma contribuição significativa para esta perspectiva, ao propor uma leitura do Jesus histórico inserido nas dinâmicas de resistência ao Império Romano. Para Horsley, a mensagem do Reino de Deus articula-se como resposta concreta às injustiças vividas pelas populações marginalizadas, constituindo-se não apenas como proclamação escatológica, mas como projeto alternativo de organização social baseado em valores de solidariedade e justiça.

¹ A expressão “Palestina romana” é empregada neste estudo como um termo historiográfico convencional para designar a região do Levante meridional sob administração do Império Romano no século I d.C. Tal designação abrange, de modo aproximado, os territórios correspondentes à Judeia, Galileia, Samaria, Peréia e Idumeia. Opta-se por esse uso em detrimento tanto de “Palestina” tout court – a fim de evitar o anacronismo de uma categoria político-nacional moderna – quanto da enumeração recorrente das sub-regiões mencionadas, buscando-se, assim, concisão expositiva sem prejuízo da precisão histórica. O qualificativo “romana” cumpre precisamente a função de situar o termo no horizonte cronológico e no enquadramento administrativo-imperial pertinente à análise.

² HORSLEY, R. A., *Jesus e o Império*.

Contudo, esta abordagem situa-se em um campo de debates acadêmicos mais amplo sobre as formas de resistência na “Palestina romana”. Estudiosos como John Dominic Crossan e Marcus Borg reconhecem a importância de recuperar a dimensão política dos movimentos populares do período, enquanto outros, como N. T. Wright, alertam para os riscos de reducionismos que possam obscurecer as especificidades da mensagem cristã primitiva. Simultaneamente, perspectivas pós-coloniais, representadas por teólogos como Fernando Segovia e R. S. Sugirtharajah, ampliam o debate ao questionar os pressupostos euro-americanos que frequentemente orientam essas análises.

A presente pesquisa propõe-se a examinar criticamente os diversos aspectos dessa questão, investigando como os movimentos de resistência na “Palestina romana” (século I) – incluindo o movimento de Jesus – podem ser compreendidos em sua complexidade histórica, sem reduzi-los a categorias anacrônicas nem privá-los de suas dimensões transformadoras. A questão orientadora deste estudo é: de que maneiras os movimentos de resistência na “Palestina romana” (século I), particularmente o movimento de Jesus, articularam respostas às injustiças de seu tempo, e como essas experiências históricas podem informar reflexões contemporâneas sobre fé e justiça social?

Para responder a essa indagação, adota-se uma metodologia que combina análise histórico-crítica, revisão bibliográfica interdisciplinar e diálogo com perspectivas teológicas contemporâneas, incluindo contribuições da teologia da libertação e dos estudos decoloniais. O trabalho estrutura-se a partir da reconstituição do contexto de opressão e resistência na “Palestina romana” (século I), avançando para a análise das diversas interpretações acadêmicas sobre o movimento de Jesus e culminando na reflexão sobre as implicações dessas leituras para os desafios atuais de justiça social.

As citações bíblicas são da versão A BÍBLIA da Editora Paulinas. As traduções das citações em línguas estrangeiras presentes neste artigo são de autoria do próprio autor.

1. O contexto histórico descrito por Horsley

Horsley descreve a “Palestina romana” (século I) como um cenário de revolta latente, onde Roma impunha tributos através de publicanos, reprimia dissidências com crucificações e cooptava elites do Templo de Jerusalém. Nesse contexto, as ações de Jesus ganham um sentido político subversivo, e as passagens bíblicas são reinterpretadas não como gestos meramente espirituais, mas como atos de resistência simbólica:

1.1. Milagres e exorcismos: Libertação concreta

- A expulsão de demônios (Mc 5,1-20/Lc 8,26-39): A legião de espíritos expulsos em Gerasa (nome que ecoa legiões romanas) simbolizaria a derrota do poder imperial. O porco que se lança ao abismo (animal impuro para judeus) representaria a destruição dos valores romanos opressores.

- A cura de doentes (Lc 13,10-17): Ao curar uma mulher no sábado, Jesus desafia não apenas a rigidez religiosa, mas o controle do tempo e dos corpos pelas elites do Templo, aliadas a Roma.

1.2. Parábolas: Crítica à exploração econômica

- O bom samaritano (Lc 10,25-37): Uma ironia à colaboração judaica com Roma, ao eleger um estrangeiro (desprezado) como modelo de solidariedade, em contraste com sacerdotes que serviam ao sistema.

- Os trabalhadores da vinha (Mt 20,1-16): Uma crítica à acumulação de terras por latifundiários (apoiados por Roma) e uma defesa da justiça redistributiva.

1.3. Gestos públicos: Confronto direto

- A purificação do Templo (Mc 11,15-19): Horsley vê nisso um ataque ao aparato econômico-religioso que oprimia o povo com impostos e sacrifícios caros, beneficiando Roma e suas elites locais.

- A multiplicação dos pães (Mc 6,30-44): Um modelo de organização comunitária que contrapunha a escassez imposta pelo sistema romano de tributação.

Para Horsley, esses episódios revelam que Jesus não pregava um reino espiritualizado, mas uma alternativa concreta ao Império:

- Exorcismos: Derrota simbólica do poder romano.

- Parábolas: Pedagogia da resistência camponesa.

- Milagres: Restauração da dignidade dos corpos explorados.

2. Principais pontos e argumentos da obra de Horsley

A obra *Jesus e o Império*, de Richard A. Horsley, apresenta uma leitura crítica e engajada do Jesus histórico, inserido no contexto de dominação romana e tensão sociopolítica na “Palestina romana” (século 1). A partir de uma análise interdisciplinar que articula estudos bíblicos, história social e crítica política, Horsley defende que a atuação de Jesus deve ser compreendida como parte de um movimento de resistência popular ao imperialismo romano e à colaboração das elites religiosas judaicas com esse sistema opressor. Estes são alguns dos principais argumentos desenvolvidos ao longo da obra:

2.1. O Jesus histórico e a crítica ao Império

Horsley argumenta que o Jesus histórico não pode ser compreendido isoladamente de seu contexto sociopolítico. Para ele, Jesus e seu movimento estavam intrinsecamente ligados às aspirações e tensões da sociedade camponesa da Galileia, que sofria com a exploração romana e a opressão das elites judaicas. A mensagem de Jesus é lida como uma resposta direta a essa realidade imperial.

2.2. A “Fonte Q” como testemunho da resistência camponesa

Horsley dedica uma parte significativa de sua análise à “Fonte Q”³, uma coleção

³ A “Fonte Q” (*Quelle, logia*) é uma coleção hipotética de ditos de Jesus, comum aos evangelhos de Mateus e Lucas, mas ausente em Marcos. Sua existência é proposta para explicar as semelhanças textuais entre Mateus e Lucas que

hipotética de ditos de Jesus. Ele argumenta que essa fonte, por ser anterior aos evangelhos narrativos, oferece um vislumbre mais direto das preocupações originais do movimento de Jesus, que, segundo ele, seriam centradas na resistência camponesa e na crítica às estruturas de poder. Essa fonte seria um “transcrito oculto” de resistência.

2.3. O Reino de Deus como resistência

Para Horsley, o “Reino de Deus” proclamado por Jesus não é uma utopia abstrata ou um ideal puramente espiritual e escatológico. Pelo contrário, é um projeto concreto de transformação social, uma “nova desordem mundial” que se opõe diretamente à “ordem” imposta pelo Império. Esse Reino se manifestaria na solidariedade comunitária, na justiça econômica e na abolição das hierarquias opressoras. Conforme salienta Gutiérrez: “assim como na teologia da libertação, Horsley vê o Reino não como utopia, mas como *práxis* transformadora”⁴.

2.4. Jesus e os movimentos populares

Horsley estabelece conexões entre Jesus e outros movimentos de resistência judaica de sua época, como os zelotes e as revoltas camponesas. No entanto, ele ressalta que o diferencial do movimento de Jesus estava na rejeição à violência armada, optando por formas de resistência não violenta, pela formação de redes comunitárias autônomas e pela renovação ética como pilares de transformação social. Dessa forma, o movimento de Jesus não seria um fenômeno isolado, mas parte de uma história de luta e esperança do povo judeu.

2.5. Crítica ao colaboracionismo

Uma crítica recorrente em *Jesus e o Império* é dirigida às lideranças judaicas que se aliaram ao domínio romano, em especial os saduceus e os chefes do Templo. Horsley argumenta que essas lideranças mantinham um sistema de dominação religiosa e econômica que reforçava as desigualdades. A confrontação de Jesus a essa estrutura fica evidente em episódios como a purificação do Templo, interpretada como uma denúncia profética contra a corrupção do sagrado pelo poder político e financeiro. Essa crítica ao colaboracionismo revela como Horsley busca, em sua análise, desvendar o “transcrito oculto” (Fonte Q) dos evangelhos.

3. A intenção da obra de Horsley

A riqueza da análise de Horsley, em sua obra *Jesus e o Império: O Reino de Deus e a Nova Desordem Mundial*, reside em sua capacidade de ler as “entrelinhas” dos evangelhos, desvendando um “transcrito oculto” que revela a dimensão política inerente à mensagem e às atividades de Jesus e seu movimento. Para ele, entender a

não são encontradas em Marcos. A “Fonte Q” é um dos principais tópicos de debate na crítica bíblica e na busca pelo Jesus histórico. É mencionada por Horsley como um “transcrito oculto” de resistência camponesa.

⁴ GUTIÉRREZ, G., Teologia da Libertação, p. 212.

mensagem dos evangelhos exige uma imersão no contexto da época, especialmente considerando a potencial influência da chamada “Fonte Q” e a tradição oral que moldou os relatos. Os escritos não devem ser lidos como tratados teológicos abstratos, mas sim com a percepção do tom da oralidade no contexto, captando as lacunas que a mensagem teria para seus ouvintes originais.

Essa perspectiva revela que as atividades do movimento de Jesus estavam intrinsecamente ligadas ao enfrentamento das necessidades e desafios concretos da comunidade, promovendo um contágio de solidariedade e apoio mútuo entre seus seguidores. Em sua análise, Horsley estabelece paralelos cruciais com a tradição cultural israelita, mostrando como a mensagem de Jesus se enraíza nas esperanças messiânicas e nas críticas proféticas contra a injustiça e a opressão. Ao focar nos galileus e camponeses – o povo comum, a população rural e também os habitantes de Jerusalém e outras cidades –, o autor demonstra como a mensagem de Jesus ecoava profundamente entre aqueles que mais sofriam sob o jugo romano e a exploração das elites locais, incluindo os governantes, romanos, herodianos e sacerdotes colaboracionistas.

É fundamental ressaltar que a proposta de Horsley não se trata de uma nova interpretação do conteúdo teológico dos evangelhos, mas sim de uma nova interpretação do contexto. Ao lançar luz sobre o ambiente político e social, o autor revela as implicações políticas das palavras e ações de Jesus, que muitas vezes eram codificadas para evitar a repressão direta. Nesse sentido, a decisão dos apóstolos de permanecerem em Jerusalém após a crucificação ganha uma nova dimensão, sugerindo a continuidade de um movimento com raízes profundas no coração da resistência judaica.

Os confrontos de Jesus com os sumos sacerdotes, escribas e fariseus são reinterpretados não apenas como debates religiosos, mas também como embates com as autoridades estabelecidas, culminando na profecia da destruição do templo, um símbolo central do poder religioso e político da época. Da mesma forma, os milagres de Jesus são vistos como algo além de demonstrações de poder divino; eles representavam uma provocação, sinalizando riscos e ameaças à ordem estabelecida, anunciando a possibilidade de uma nova realidade onde a cura e a restauração desafiavam a doença e a opressão impostas pelo sistema.

Ao analisar o Evangelho de Marcos, Horsley destaca os anúncios do Reino como proclamações de uma nova ordem que subvertia a lógica imperial. A narrativa pós-ressurreição, com o encontro dos discípulos, não marca o fim do movimento, mas sim a sua continuidade e expansão. A mensagem de Marcos, portanto, ressoa com a ideia de que o movimento iniciado por Jesus persistiu, enfrentando os desafios e levando adiante a visão de um mundo transformado.

Em suma, a análise de Richard A. Horsley em Jesus e o Império oferece uma leitura perspicaz e fundamental para a compreensão da complexa interação entre a mensagem de Jesus e o contexto político do seu tempo. Ao desvendar as entrelinhas dos evangelhos, o autor revela um Jesus profundamente engajado com as lutas de seu povo, cuja mensagem de esperança e libertação possuía uma inegável dimensão política, desafiando as estruturas de poder vigentes e inspirando um movimento que buscava transformar a realidade opressora do Império Romano.

Além disso, o autor critica a forma como a tradição cristã posterior despolitizou a figura de Jesus, separando sua mensagem do contexto imperial no qual ela surgiu. Ao recuperar essa dimensão política, Horsley busca demonstrar que a missão de Jesus estava intimamente ligada à libertação dos oprimidos e à contestação das estruturas de poder, tornando-se, assim, um modelo para os desafios sociais contemporâneos.

4. Uma análise crítica da obra *Jesus e o Império*, de Horsley

A proposta de Richard A. Horsley de reler os evangelhos a partir de uma perspectiva sociopolítica provocou reações variadas na comunidade acadêmica. Se, por um lado, sua leitura inserida no contexto imperial romano foi celebrada por recuperar o caráter histórico e subversivo de Jesus, por outro, ela suscitou críticas pela possível redução da complexidade da figura de Jesus à esfera política. Entre as principais críticas e apoios à obra, estão estas, organizadas por algumas obras e autores representativos:

4.1. Críticas à abordagem sociopolítica radical de Horsley

John Dominic Crossan, em sua obra *A Negligência da Não Violência* (1994), reconhece o mérito da contextualização sociopolítica promovida por Horsley, sobretudo ao evidenciar a resistência de Jesus frente ao domínio romano. No entanto, critica o autor por superestimar o caráter revolucionário de Jesus, aproximando-o indevidamente de uma figura quase zelota⁵. Segundo Crossan, essa ênfase acaba por ofuscar a centralidade da resistência não violenta e do *ethos* comunitário nas práticas do Nazareno. Para ele, gestos como o compartilhamento radical de alimentos (Mc 6,30-44) constituíam formas profundamente subversivas de resistência, cuja eficácia não dependia do confronto direto, mas da transformação simbólica e coletiva das relações sociais:

Horsley transforma Jesus em um líder revolucionário quase zelota, ignorando que sua prática de compartilhamento radical (como em Mc 6,30-44) era uma forma de resistência tão eficaz quanto os confrontos diretos.⁶

Já N. T. Wright, ao discutir o que chama de escatologia negligenciada na obra de Horsley, aponta para um outro tipo de desequilíbrio interpretativo. Para Wright, ao reduzir o Reino de Deus a um projeto de reforma sociopolítica, Horsley compromete a profundidade teológica e escatológica da mensagem de Jesus, tal como apresentada nos evangelhos. A promessa do Reino, segundo ele, não se restringe à crítica do imperialismo, mas representa a atuação soberana de Deus na história, uma ação que inclui, mas ultrapassa, o enfrentamento às estruturas opressoras do mundo antigo: “O Reino em Horsley é um mero programa de reforma social, enquanto os evangelhos o apresentam como a intervenção definitiva de Deus na história, que inclui, mas transcende, a política romana”⁷.

⁵ Os zelotas (zelotes) eram um grupo judaico radical que via a dominação romana como uma afronta à soberania de Deus sobre Israel. Em momentos de maior tensão, recorriam à violência, incluindo sequestros e assassinatos, considerando a rebelião armada um dever religioso contra o domínio estrangeiro.

⁶ CROSSAN, J. D., Jesus, p. 215.

⁷ WRIGHT, N. T., Jesus and the Victory of God, p. 178.

De forma semelhante, Marcus Borg, em sua crítica à dicotomia entre espiritualidade e política, adverte que o foco quase exclusivo de Horsley na dimensão política de Jesus tende a marginalizar aspectos centrais de sua missão religiosa. Para Borg, ao enfatizar unicamente o embate com o Império, Horsley negligencia o modo como Jesus também redefiniu a espiritualidade judaica de seu tempo, promovendo uma crítica ética e religiosa à lógica do poder, como se vê, por exemplo, nas bem-aventuranças (Mt 5,3-12). A espiritualidade, nesse sentido, não é fuga nem alienação, mas um espaço de construção de alternativas concretas e contraculturais: “Ao focar exclusivamente no Império, Horsley deixa de lado como Jesus redefiniu a espiritualidade judaica (e.g., as bem-aventuranças em Mt 5,3-12), que não era mera ‘alienação’, mas uma crítica religiosa ao poder”⁸.

4.2. Apoios à tese de Horsley

Warren Carter, em sua obra *O Evangelho como Contranarrativa Imperial* (2001), aprofunda os argumentos de Horsley ao demonstrar como o evangelho de Mateus articula uma crítica velada, porém incisiva, ao poder imperial romano. Para Carter, os evangelhos não devem ser lidos apenas como textos religiosos, mas como contranarrativas teológico-políticas que desafiam os fundamentos simbólicos da ideologia imperial. Ao reinterpretar passagens como Mateus 22,21 (“Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”), Carter sustenta que Jesus não está promovendo uma submissão ao poder romano, mas, ao contrário, desmascarando a pretensão de Roma à divindade e ao domínio absoluto: “não é uma submissão, mas uma ironia que desmascara a pretensão divina de Roma”⁹.

Esse gesto hermenêutico revela que o evangelho funciona como uma espécie de discurso alternativo — uma contra-história — que reivindica a soberania de Deus frente à hegemonia do império. Carter, portanto, não apenas confirma os pressupostos de Horsley, mas os expande, mostrando como os próprios textos evangélicos estão impregnados de estratégias narrativas que resistem à teologia política de Roma.

De maneira convergente, Ched Myers, em *Jesus como Agitador Político* (1988), interpreta a atuação de Jesus a partir de uma perspectiva radicalmente crítica em relação às estruturas de poder e colaboração entre as elites locais e o império. Myers acolhe a proposta de Horsley como um esforço necessário para recuperar o caráter subversivo do ministério de Jesus, especialmente nos episódios que tradicionalmente foram espiritualizados pela teologia posterior. Um exemplo paradigmático é a expulsão dos cambistas do Templo (Mc 11,15-19), que Myers interpreta não como um gesto meramente simbólico ou religioso, mas como um ato político de denúncia contra a aliança entre as autoridades religiosas e o sistema econômico imperial: “A expulsão dos vendilhões do Templo (Mc 11,15-19) não foi um gesto ‘religioso’, mas um ataque ao aparato econômico que sustentava a colaboração entre elites judaicas e Roma”¹⁰.

⁸ BORG, M. J., *Jesus*, p. 92.

⁹ CARTER, W., *Matthew and Empire*, p. 134.

¹⁰ MYERS, C., *Binding the Strong Man*, p. 72.

Essa leitura coloca Jesus não como um místico apolítico, mas como um protagonista de resistência pública, cujos atos tinham repercussões diretas no imaginário e na organização social de sua época. Em consonância com Horsley, Myers sublinha a inseparabilidade entre fé e prática sociopolítica, afirmando que os evangelhos são registros de uma espiritualidade engajada, nascida no seio da opressão e voltada para a transformação histórica.

4.3. Críticas pós-coloniais e decoloniais

R. S. Sugirtharajah, em suas análises pós-coloniais, apresenta uma crítica contundente ao viés eurocêntrico presente na abordagem de Horsley. Embora reconheça a relevância de sua leitura sociopolítica dos evangelhos, Sugirtharajah aponta que Horsley permanece preso a um paradigma ocidental de crítica ao império, limitando o alcance contextual de sua proposta. Para ele, a análise do colonialismo romano não é suficientemente conectada às experiências contemporâneas de povos colonizados, sobretudo no Sul Global, onde a figura de Jesus adquire significados distintos em contextos de opressão cultural, econômica e religiosa. Como afirma: “Sua análise do colonialismo romano não dialoga com as experiências de povos colonizados hoje, como os *dalits* na Índia, para quem Jesus é um libertador contra o sistema de castas”¹¹.

Dessa forma, Sugirtharajah sugere que a proposta de Horsley carece de uma escuta mais atenta às teologias locais, cuja hermenêutica de resistência emerge não apenas da crítica ao poder imperial antigo, mas da vivência concreta de marginalização nas estruturas neocoloniais e pós-coloniais atuais.

De modo complementar, Fernando F. Segovia identifica na obra de Horsley uma tendência ao dualismo simplista entre “opressores” e “oprimidos”. Em sua crítica, Segovia observa que tal binarismo pode incorrer em uma idealização dos pobres e marginalizados, tratando-os como uma categoria homogênea e sem contradições internas. Para ele, a composição social do movimento de Jesus era mais complexa do que a dicotomia entre povo e império pode sugerir: “O movimento de Jesus não era homogêneo: havia camponeses, mas também mulheres ricas (Lc 8,1-3) e até um coletor de impostos (Lc 19,1-10). Horsley romantiza os ‘pobres’ como categoria monolítica”¹².

A crítica de Segovia é particularmente importante porque evidencia a necessidade de leituras mais aprofundadas, capazes de reconhecer a diversidade social e política entre os seguidores de Jesus, bem como os múltiplos níveis de agência e solidariedade que atravessam os textos evangélicos.

4.4. Horsley em diálogo com a Teologia da Libertação

Gustavo Gutiérrez, um dos principais expoentes da teologia da libertação, identifica na obra de Horsley ressonâncias significativas com a opção preferencial pelos pobres. Em sua avaliação, a crítica ao Império Romano e a valorização dos movimentos populares do tempo de Jesus ecoam preocupações centrais da teologia latino-americana. No entanto,

¹¹ SUGIRTHARAJAH, R. S., *Postcolonial Criticism and Biblical Interpretation*, p. 56.

¹² SEGOVIA, F. F., *Decolonizing Biblical Studies*, p. 103.

Gutiérrez também aponta limitações na abordagem de Horsley, sobretudo pela ausência de articulação explícita entre a análise histórica do primeiro século e os desafios das lutas sociais contemporâneas. Como ele adverte: “Sua análise do ‘Império’ é útil, mas falta explicar como o Reino de Deus se encarna nas lutas atuais, como as dos indígenas latino-americanos”¹³. Essa observação revela a necessidade de uma hermenêutica que não apenas desmascare as estruturas opressoras do passado, mas também ilumine os conflitos e resistências em curso, especialmente nos contextos do Sul Global.

Jon Sobrino, por sua vez, propõe uma ampliação cristológica da crítica sociopolítica presente em Horsley. Ao refletir sobre a cruz como símbolo da violência do império contra os que desafiam sua ordem, Sobrino interpreta a crucificação não apenas como um evento histórico, mas como uma epifania do sofrimento dos pobres e marginalizados ao longo da história. Ele argumenta que a análise de Horsley poderia ser enriquecida se levasse mais a sério a centralidade da cruz como denúncia teológica e política. Como afirma: “A crucificação não foi apenas um ato político de Roma, mas a revelação de como o poder imperial trata os que ousam desafiar sua ordem”¹⁴. Nessa perspectiva, a morte de Jesus torna-se um ponto de convergência entre história e escatologia, entre denúncia profética e esperança libertadora — dimensões que, segundo Sobrino, merecem maior destaque na abordagem de Horsley.

Assim, tanto Gutiérrez quanto Sobrino reconhecem os méritos da crítica ao império desenvolvida por Horsley, mas enfatizam a necessidade de uma teologia que vá além da reconstituição histórica e se comprometa diretamente com os pobres de hoje, integrando análise estrutural, espiritualidade libertadora e engajamento prático.

Conclusão

A investigação dos movimentos de resistência na “Palestina romana” (século I), com particular atenção ao movimento de Jesus, revela a complexidade inerente aos fenômenos religiosos que emergem em contextos de dominação imperial. A análise crítica da obra de Richard A. Horsley, *Jesus e o Império: O Reino de Deus e a Nova Desordem Mundial*, demonstra tanto as potencialidades quanto as limitações de abordagens que buscam recuperar as dimensões sociopolíticas frequentemente obscurecidas por interpretações exclusivamente espiritualizadas.

A contribuição de Horsley reside fundamentalmente em sua capacidade de revelar o “transcrito oculto” presente nos evangelhos, desvendando como as narrativas sobre Jesus articulavam, de forma codificada, uma crítica sistemática às estruturas imperiais romanas e às elites colaboracionistas locais. Ao reinterpretar milagres, parábolas e gestos públicos como atos de resistência simbólica, o autor demonstra que o Reino de Deus não se configurava como promessa meramente escatológica, mas como projeto alternativo de organização social fundamentado na justiça redistributiva e na solidariedade comunitária.

Contudo, as críticas formuladas por diversos acadêmicos evidenciam que a proposta de Horsley, embora inovadora, não está isenta de problemáticas metodológicas e

¹³ GUTIÉRREZ, G., Teologia da Libertação, p. 212.

¹⁴ SOBRINO, J., Jesus na América Latina, p. 145.

conceituais. As advertências de N. T. Wright e Marcus Borg sobre os riscos de reducionismo político apontam para a necessidade de abordagens mais equilibradas, capazes de integrar as dimensões escatológica, teológica e sociopolítica sem privilegiar unilateralmente uma em detrimento das outras. Simultaneamente, as perspectivas pós-coloniais de Fernando Segovia e R. S. Sugirtharajah revelam a urgência de superar os pressupostos eurocêtricos que limitam o alcance interpretativo dessas análises.

Particularmente significativo é o diálogo com a teologia da libertação, representada pelas contribuições de Gustavo Gutiérrez e Jon Sobrino. Embora reconheçam os méritos da crítica ao imperialismo desenvolvida por Horsley, estes teólogos enfatizam a necessidade de articular a análise histórica com os desafios contemporâneos de justiça social, especialmente nos contextos do Sul Global. Tal observação sugere que a recuperação da dimensão política de Jesus deve transcender o exercício acadêmico para se constituir como ferramenta hermenêutica comprometida com as lutas atuais contra a opressão.

A questão central que emerge desta investigação - de que maneiras os movimentos de resistência na “Palestina romana” (século I) articularam respostas às injustiças de seu tempo, e como essas experiências históricas podem informar reflexões contemporâneas sobre fé e justiça social? - encontra na obra de Horsley uma resposta parcial, porém significativa. Ao demonstrar que o movimento de Jesus integrava uma tradição mais ampla de resistência popular, caracterizada pela rejeição à violência armada e pela construção de alternativas comunitárias, Horsley oferece subsídios para compreender como práticas de resistência não violenta podem desafiar estruturas opressoras.

No entanto, as limitações identificadas sugerem que futuras investigações devem ampliar o escopo metodológico, incorporando perspectivas decoloniais, análises interseccionais e o diálogo com movimentos sociais contemporâneos. A complexidade social do movimento de Jesus, evidenciada pela participação de diferentes estratos sociais, demanda abordagens que superem dicotomias simplistas entre opressores e oprimidos, reconhecendo as múltiplas formas de agência e solidariedade que atravessam os contextos de resistência.

Em última análise, este estudo sugere que a relevância da análise de Horsley reside não apenas em sua contribuição para os estudos histórico-críticos do Novo Testamento, mas em sua capacidade de provocar reflexões sobre as responsabilidades éticas e políticas das comunidades cristãs contemporâneas. A recuperação da dimensão política de Jesus não implica sua instrumentalização ideológica, mas a compreensão de que a fé cristã, em suas origens históricas, emergiu como resposta concreta às injustiças sociais. Nesse sentido, a questão que permanece aberta é: como essa herança de resistência não violenta pode inspirar e orientar os movimentos por justiça social na atualidade, particularmente em contextos marcados por desigualdades sistêmicas e opressão estrutural?

Responder a essa indagação requer não apenas rigor teórico, mas também um compromisso prático com a superação das estruturas que sustentam a marginalização e a injustiça em contextos contemporâneos. O legado do movimento de Jesus – tal como reinterpretado criticamente por Richard A. Horsley e por diversos interlocutores — não se esgota em uma leitura histórica, mas permanece como desafio e inspiração para aqueles que buscam articular fé, justiça social e transformação política. Nesse

horizonte, impõe-se uma questão fundamental: até que ponto a resistência não violenta encarnada por Jesus pode oferecer caminhos viáveis e criativos para os movimentos sociais do presente?

Referências bibliográficas

A BÍBLIA. São Paulo: Editora Paulinas, 2023.

BORG, Marcus J. **Jesus: Uncovering the Life, Teachings, and Relevance of a Religious Revolutionary**. New York: HarperOne, 2006.

CARTER, Warren. **Matthew and Empire: Initial Explorations**. Harrisburg, PA: Trinity Press International, 2001.

CROSSAN, John Dominic. **Jesus: A Revolutionary Biography**. San Francisco: Harper San Francisco, 1994.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: Perspectivas**. São Paulo: Loyola, 1983.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o Império: O reino de Deus e a nova desordem mundial**. São Paulo: Paulus, 2004.

MYERS, Ched. **Binding the Strong Man: A Political Reading of Mark's Story of Jesus**. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1988.

SEGOVIA, Fernando F. **Decolonizing Biblical Studies: A View from the Margins**. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2000.

SOBRINO, Jon. **Jesus na América Latina: Seu significado para a fé e a cristologia**. São Paulo: Paulinas, 2000.

SUGIRTHARAJAH, Rasiah S. **Postcolonial Criticism and Biblical Interpretation**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TEB – Bíblia Tradução Ecumênica. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

WRIGHT, Nicholas T. **Jesus and the Victory of God**. Minneapolis: Fortress Press, 1999.

Jonas de Souza Netto

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Teologia da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo / SP – Brasil

E-mail: jonas@soboasnovas.com.br

Recebido em: 04/06/2025

Aprovado em: 25/02/2026